



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS EM CONJUNTO COM OS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2024.**

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 09:00h, na Avenida 33 nº 846, Bairro Baroni - Barretos, Sede do IPMB, participantes da reunião, Membros dos Conselhos Administrativo, Fiscal e Comitê de Investimentos do IPMB, Sirlene Martins de Menezes (Presidente do Comitê de Investimentos do IPMB), Frederico Alves de Paula (Membro do Comitê de Investimentos), Leonardo da Silva Lisboa (Secretário do Comitê de Investimentos) Danilo Carvalho da Silva (Presidente do Conselho Administrativo do IPMB), Diogo Anesio da Silva (secretário do conselho administrativo do IPMB), Roberto Carlos da Silva (membro do Conselho Administrativo), Orides Soares Carneiro (membro do conselho administrativo do IPMB) e João Ricardo Limieri (Presidente do conselho fiscal do IPMB), Alceu Barbosa da Silva Júnior (membro do conselho fiscal) e Ana Andréa Borges Celeri (Secretária do Conselho Fisco do IPMB), os membros dos conselhos do IPMB, foram convocados pelo Secretário do Comitê de Investimentos do IPMB, Leonardo da Silva Lisboa, através dos Ofícios IPMB, 646/2024, 647/2024, 648/2024, 649/2024, 650/2024, 651/2024, 652/2024 e 653/2024, documentos acostados no **Processo Administrativo IPMB 077/2024 de 05/12/2024. PAUTA DA REUNIÃO, Análise da Política Anual de Investimentos para 2025 do Instituto de Previdência do Município de Barretos (IPMB)**, aos ditames da Resolução CMN nº 4.963, de 25 de Novembro de 2021. Iniciada a reunião, Sirlene Martins de Menezes, Presidente do Comitê de Investimentos do IPMB, passa a pauta do dia e solicita ao Senhor Frederico Alves de Paula (Membro do Comitê de Investimentos), para explanação da **Política Anual de Investimentos para 2025**. O mesmo agradeceu a oportunidade e a presença dos Conselheiros e demais membros do comitê de investimentos do IPMB,, explicou a obrigatoriedade e a importância da Análise da Política de Investimentos do IPMB, para o exercício de 2025, conforme Resolução CMN nº 4.963, de 25 de Novembro de 2021, bem como, explanou que o envio do demonstrativo "DPIN" com a estratégia de Investimentos para o Exercício de 2025, sendo sua postagem obrigatória no sistema CADPREV. A Política de Investimentos para 2025, foi apresentada e analisada pelos participantes da reunião, que após,



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

análise, os membros do Conselho Administrativo, por unanimidade, deliberaram pela APROVAÇÃO da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2025, sendo acompanhada pela aprovação pelos membros do Conselho Fiscal. Ficou estabelecido pelos Conselheiros Administrativo e Fiscal, o seguinte, compete exclusivamente ao Comitê de Investimentos, nos termos da legislação em vigor, executar as diretrizes de investimentos para o ano de 2025. No tocante às Aplicações, Resgates e Alocações da Carteira existente do Instituto de Previdência do Município de Barretos, não necessitará de prévia comunicação e autorização dos Conselho Administrativo e Fiscal, informando as transações de resgate e aplicações realizadas, em reuniões dos Conselho Administrativo e Fiscal. Caso o Comitê de Investimentos do IPMB pretenda fazer aporte em um novo Fundo de Investimento, é necessária a aprovação prévia do Conselho Administrativo e, informar também, ao Conselho Fiscal do IPMB. Todos os procedimentos operacionais junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Ministério do Trabalho e Previdência são de responsabilidade da Diretoria Executiva e Servidores do IPMB, o direcionamento para envio dos Relatórios "RIRPP" (via Sistema AUDESP) e DPIN (via Sistema CADPREV). Nada mais havendo a ser tratado, Sirlene Martins de Menezes, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 09:50h. Eu, Leonardo da Silva Lisboa, Secretário do Comitê de Investimentos), lavrei a presente ATA, que após lida e estando em conformidade por todos, segue devidamente assinada.

Sirlene Martins de Menezes

Leonardo da Silva Lisboa

Frederico Alves de Paula

Danilo Carvalho da Silva

Diogo Anesio da Silva

Orides Soares Carneiro

Roberto Carlos da Silva

João Ricardo Limieri

Alceu Barbosa da Silva Júnior

Ana Andréa Borges Celeri



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS**

**Fone: (17) 3322-8358**

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

**DIRETRIZES DE INVESTIMENTO**

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS –**  
**IPMB – CNPJ 66.998.014/0001-54**

**Política de Investimentos**  
**2025**

**Resolução CMN 4.963 de 25 de Novembro de 2021**

*28*

*[Handwritten signatures in blue ink]*



## 1. Introdução

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução CMN nº. 4.963, de 25 de novembro de 2021 e a Portaria MTP 1.467 de 02 de junho de 2022 (texto consolidado), o Regime Próprio de Previdência Social, por meio de seu Conselho Deliberativo, está apresentando a versão de sua Política de Investimentos para o ano de 2025, devidamente aprovada pelo órgão superior de supervisão e deliberação.

Trata-se de uma formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisão relativa aos investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município utilizado como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo e visar à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos.

## 2. Objetivos

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do RPPS<sup>1</sup> em relação à gestão de seus ativos, facilitando a comunicação dos mesmos aos órgãos reguladores do Sistema e aos participantes. O presente documento busca se adequar às mudanças ocorridas no âmbito do sistema de previdência dos Regimes Próprios e às mudanças advindas do próprio mercado financeiro.

É um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais órgãos envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos. Tratará, ainda, o presente documento da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da Carteira aos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no período de **01/01/2025 a 31/12/2025**.

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável, estruturados e exterior) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos e indexadores, visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

Sempre será considerada a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do Instituto de Previdência do Município de Barretos, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.



### 2.1 O Conselho de Administração do Instituto de Previdência do Município de Barretos:

- 1) Aprovar as aplicações de recursos nos segmentos de investimento previstos nesta Política de Investimentos;
- 2) Aprovar os limites operacionais e os intervalos de risco que poderão ser assumidos no âmbito da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios;
- 3) Aprovar o percentual máximo (com relação ao total da carteira) a ser conferido aos administradores/gestores de recursos dos planos;
- 4) Determinar o percentual máximo do total de ativos dos planos a ser gerido como carteira própria;
- 5) Aprovar os planos de enquadramento às legislações vigentes;
- 6) Aprovar os critérios para seleção e avaliação de gestor (es) de recurso (s) dos planos, bem como o limite máximo de remuneração do (s) referido (s) gestor (es).

### 3. Cenário Econômico

O mercado financeiro espera para o ano de 2025 taxa de juro em patamar elevado, com as projeções para a taxa de inflação sob controle com base na meta seguida pelo BACEN.

No mercado internacional, o cenário deve se manter desafiador com juros em queda nos países desenvolvidos e a busca do controle inflacionário.

Para 2025, os economistas das instituições financeiras trabalham com estimativa de inflação de 4,03%.

PREVISÃO	2025
Produto Interno Bruto (PIB)	1,93%
Inflação	4,03%
Taxa básica de juros (Selic)	11,75%
Dólar	R\$ 5,43
Balança comercial (saldo)	US\$ 76,50 bilhões
Investimento estrangeiro direto	US\$ 73,78 bilhões

Fonte: Relatório Focus: 04/11/2024

Índice de Referência (IPCA/INPC + 5,47%* aa) – Expectativa 2024	9,72% ao ano
---	--------------

\* Taxa de juro real máxima para 2025

O cenário macroeconômico tem por objetivo detalhar a projeção de variáveis macroeconômicas a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com realidade econômica, a fim de prover às demais áreas da autarquia análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento.



As projeções dos principais indicadores econômicos são utilizadas para desenhar estes cenários, que também servirão como plano de fundo às análises e aos estudos, com intuito de informar aos gestores os principais impactos possíveis sobre os diversos mercados e, assim, tornar a tomada de decisão mais segura e eficiente.

O detalhamento dos cenários é parte integrante dos documentos sobre o estudo de macro alocação conduzidos pelo regime e integram o Anexo I deste documento.

#### 4. Diretrizes de Alocação dos Recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos

- 1) A gestão de recursos do Fundo com finalidade previdenciária poderá ser realizada através de **GESTÃO PRÓPRIA** ou gestão por entidade credenciada, conforme disposto na Resolução CMN 4.963 de 25 de novembro de 2021;
- 2) Nas operações de compra ou venda de títulos públicos deverão ser observadas as informações divulgadas, diariamente, por entidades reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, para fins de utilização como referência em negociações no mercado financeiro, antes do efetivo fechamento da operação;
- 3) As operações de compra de títulos públicos deverão ser efetuadas através de leilões primários ou mercado secundário, desde que os preços praticados nestas operações observem como parâmetro o intervalo da marcação a mercado dos títulos públicos divulgados pela ANBIMA ou BACEN no dia das operações, que se refere aos preços praticados em mercado;
- 4) As operações de venda de títulos públicos deverão ser efetuadas através de mercado secundário e os preços praticados deverão observar como parâmetro o intervalo da marcação a mercado dos títulos públicos divulgado pela ANBIMA ou BACEN no dia das operações, que se refere aos preços praticados em mercado;
- 5) As aplicações em operações compromissadas serão realizadas com lastro em Títulos do Tesouro Nacional;
- 6) As aplicações em fundos de investimento deverão ocorrer mediante credenciamento da instituição financeira e a avaliação comparativa de produtos similares, devendo ser considerados critérios contemplando a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dessas aplicações e das instituições, de forma a viabilizar a melhor escolha;
- 7) Os títulos e valores mobiliários integrantes dos diversos segmentos de aplicação dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos devem ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil e/ou mantidos em conta de depósito em instituição ou entidade autorizada à prestação desse serviço pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- 8) Os títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas;
- 9) O Instituto de Previdência do Município de Barretos somente poderá aplicar recursos em cotas de fundos de investimento administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

- comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional (lista exaustiva de instituições financeiras autorizadas a receber aplicações dos RPPS);
- 10) As aplicações de recursos deverão privilegiar as aplicações com o binômio risco retorno mais adequado às necessidades de liquidez do fluxo de receitas e despesas projetadas;
  - 11) As aplicações em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC somente poderão ser efetuadas em produtos que apresentem, obrigatoriamente, dentre os sistemas de garantia e colateral oferecidos, o mecanismo de **subordinação de quotas**, isto é, emissão de quotas subordinadas garantidas pelo originador/cedente dos direitos creditórios.
  - 12) As aplicações de recursos deverão perseguir a rentabilidade real determinada pela Portaria MPS nº 1.499, de 28 de maio de 2024 acrescida da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), privilegiando as aplicações com o binômio risco-retorno mais adequado às necessidades de liquidez do fluxo de pagamentos de benefícios previdenciários e duração do passivo previdenciário.

## Portaria MPS Nº 1.499, de 28 de maio de 2024

Duração do Passivo (anos)	Taxa de Juro REAL (% a.a)
1,00	3,53
5,00	4,26
10,00	4,68
10,50	4,71
11,00	4,74
11,50	4,76
12,00	4,78
12,50	4,80
13,00	4,82
13,50	4,84
14,00	4,86
14,50	4,87
15,00	4,89
15,50	4,90
16,00	4,91
16,50	4,93
17,00	4,94
17,50	4,95
18,00	4,96
18,50	4,97
19,00	4,98
19,50	4,99
20,00	5,00
20,50	5,01
21,00	5,02
21,50	5,02
22,00	5,03
22,50	5,04
23,00	5,04
23,50	5,05
24,00	5,06
24,50	5,06
25,00	5,07
25,50	5,07
26,00	5,08

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

26,50	5,08
27,00	5,09
27,50	5,09
28,00	5,10
28,50	5,10
29,00	5,11
29,50	5,11
30,00	5,11
30,50	5,12
31,00	5,12
31,50	5,12
32,00	5,13
32,50	5,13
33,00	5,13
33,50	5,13
34,00	5,21
34,50	5,31
35 ou mais	5,47

## 4.1 Segmentos de Aplicação

Esta política de investimentos se refere à alocação dos recursos da entidade entre e em cada um dos seguintes segmentos de aplicação, conforme definidos na legislação:

- Renda Fixa
- Renda Variável
- Investimentos no Exterior
- Investimentos Estruturados
- Fundos Imobiliários
- Empréstimos Consignados

## 4.2 Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação entre os Segmentos tem o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do Instituto de Previdência do Município de Barretos, através da superação da taxa da meta atuarial, que é igual à variação do índice de inflação acrescido de juro real. Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as alterações necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

As aplicações dos recursos dos RPPS poderão ter gestão própria, por entidade credenciada ou mista. Considerando os critérios estabelecidos pela legislação vigente a entidade credenciada deverá ter, no mínimo, solidez patrimonial, volume de recursos e experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros.

## 4.3 Faixas de Alocação de Recursos

### 4.3.1. Segmento de Renda Fixa:

As aplicações dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria, fundos de investimentos ou produtos de investimento. Os fundos de investimentos abertos e/ou fechados, nos quais o Instituto de Previdência do Município de Barretos vier a adquirir cotas, deverá seguir a legislação em vigor dos RPPS.

### 4.3.2. Segmento de Renda Variável:

As aplicações dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos em ativos de renda variável poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.





## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

### 4.3.3. Segmento de Investimentos no Exterior:

As aplicações dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos em ativos no exterior poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.

### 4.3.4. Segmento de Investimentos Estruturados:

As aplicações dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos em ativos de renda variável poderão ser feitas por meio de fundos de investimentos.

### 4.3.5. Segmento de Fundos Imobiliários:

As aplicações dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos poderão ser feitas em cotas de fundos de investimento imobiliários (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.

### 4.3.6 Empréstimos Consignados:

A Secretaria de Previdência, nos termos do art. 29 da Resolução CMN 4.963/21, editou, via Portaria MTP 1.467/22 (artigos 154 a 156), as regulamentações e procedimentos para o cumprimento do disposto neste artigo, para garantir a observância dos princípios previstos no art. 1º da referida Resolução.

Art. 154. A aplicação de recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos com a concessão de empréstimos aos servidores em atividade, aposentados e pensionistas, na modalidade de consignados, deverá observar os limites e condições previstos em resolução do CMN, e as instruções para sua operacionalização estabelecidas no Anexo VIII.

Parágrafo único. Observadas as normas de que trata o caput, a política de investimentos deverá estabelecer critérios para a carteira de empréstimos consignados adequados aos riscos da carteira de investimentos do Instituto de Previdência do Município de Barretos.

Art. 155. Os parâmetros de rentabilidade perseguidos para a carteira de empréstimos consignados deverão buscar compatibilidade com o perfil das obrigações do Instituto de Previdência do Município de Barretos, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 156. É vedada a concessão de empréstimos, de qualquer natureza, com recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos ao ente federativo, inclusive a suas empresas controladas.

## 4.4. Metodologia de Gestão da Alocação

A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos acima identificados foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para os próximos 12 meses, em cenários alternativos.

Os cenários de investimento são traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional e internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas.

7



Para as estratégias de curto prazo, a análise se concentra na aversão a risco do Instituto de Previdência do Município de Barretos, em eventos específicos do quadro político e nas projeções para inflação, taxa de juros, atividade econômica e contas externas. A visão de médio prazo procura dar maior peso às perspectivas para o crescimento da economia brasileira e mundial, para a situação geopolítica global, para a estabilidade do cenário político e para a solidez na condução da política econômica.

Dadas tais expectativas de retorno dos diversos ativos em cada um dos cenários alternativos, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no período de 12 meses, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

## **5. Diretrizes para Gestão dos Segmentos**

### **5.1 Metodologias de Seleção dos Investimentos**

As estratégias e carteiras dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável serão definidas, periodicamente, pelo (s) gestor (es) externo (s), no caso dos recursos geridos por meio de aplicação em Fundos e/ou carteiras administradas, e pela Diretoria Executiva, no caso da carteira própria. Ressalte-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (bases de dados públicas e de consultorias).

### **5.2. Segmentos de Renda Fixa**

#### **5.2.1. Tipo de Gestão**

O Instituto de Previdência do Município de Barretos optou por uma gestão com perfil conservador a moderado, buscando prêmios em relação ao benchmark adotado para a carteira, com base na duração do passivo previdenciário.

#### **5.2.2. Ativos Autorizados**

Nos diversos segmentos de aplicação, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente. A alocação dos recursos dos planos de benefícios do Instituto de Previdência do Município de Barretos deverá restringir-se aos seguintes ativos e limites, de acordo com a Resolução CMN 4.963/21:

**Tabela 1. Quadro Resumo das Aplicações e Limites. Resolução CMN 4.963/21**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones scattered across the page.]*



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

SEGMENTO	ATIVO	RPPS sem Certificação		RPPS Nível I		RPPS Nível II		RPPS Nível III		RPPS Nível IV		Limite Recursos do RPPS	Limite PE do Fundo		
		Limite Ativo	Limite Bloco	Limite Ativo	Limite Bloco	Limite Ativo	Limite Bloco	Limite Ativo	Limite Bloco	Limite Ativo	Limite Bloco				
Renda Fixa	Títulos Públicos de emissão de TN (SELIC)	100%										N/A	N/A		
	Fundos/ETF 100% Títulos Públicos	100%										100%			
	Operações compromissadas	5%										N/A			
	Ativos IF de emissão com obrigação ou cobrança de F bancária	20%										N/A			
	Fundos Renda fixa em geral	60%		65%		70%		75%		80%		20%	15%		
	Fundos de Índices (ETF) - Renda Fixa	60%	60%	60%	65%	65%	65%	70%	70%	75%	75%	80%	80%	20%	15%
	FIDCs - Cota Sênior	5%		5%		10%		15%		20%		20%	20%	5%	
	Fundos Renda fixa - Crédito Privado	5%	10%	15%	5%	15%	15%	10%	25%	15%	30%	30%	20%	35%	2%
Renda Variável	Fundos de Ações / ETF de Renda Variável	30%		30%		40%		45%		50%		20%	15%		
	Fundos Multimercado	10%		10%		10%		15%		15%		20%	15%		
Estruturados	FIPs	5%	15%	30%	5%	15%	35%	5%	15%	40%	10%	20%	50%	15%	60%
	FI Ações - Mercado de Acesso	5%		5%		5%		5%		10%		15%	20%	10%	
Imobiliários	Fundo Imobiliário	5%		5%		10%		15%		20%		20%	15%		
	Exterior	10%										20%	15%		
Consignadas	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa											20%	15%		
	FIC - Abarço - Investimento no Exterior											20%	15%		
	Fundos de Ações - BDR Nível I											20%	15%		
	Empréstimos Consignados	5%		10%		10%		10%		10%		N/A			

Os RPPS só podem aplicar recursos em fundos de investimento quando a administradora ou gestor for instituição financeira obrigada a instituir comitê de auditoria e de riscos, nos termos de Regulação do CMN.

O total de recursos de um RPPS deve corresponder no máximo a 5% do total de recursos da gestora ou administradora de cartão.

Os requisitos específicos para aplicações em cada tipo de ativo financeiro ou fundos de investimentos não constam nesse quadro, e deverão ser consultados na Resolução do CMN, juntamente com as demais disposições da legislação que trata das aplicações de recursos pelo RPPS.

## 6. CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO DE ADMINISTRADORES & GESTORES

Para a seleção de instituições financeiras autorizadas a operar com o Instituto de Previdência do Município de Barretos será constituído processo de credenciamento sobre a figura do administrador e do gestor do fundo de investimento conforme disposto na Resolução CMN nº. 4.963, de 25 de novembro de 2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022:

A unidade gestora do RPPS deverá realizar o prévio credenciamento de todas as instituições que recebam ou administrem recursos do regime.

§ 1º As aplicações dos recursos do Instituto de Previdência do Município de Barretos deverão observar os parâmetros de mercado e poderão ser realizadas por meio de instituições públicas ou privadas, desde que registradas, autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Os critérios para o credenciamento das instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição a risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira.

§ 3º Para o credenciamento da instituição, deverão ser observados e formalmente atestados pela unidade gestora do RPPS:

I - registro ou autorização na forma do § 1º e inexistência de suspensão ou inabilitação pela CVM, pelo Banco Central do Brasil ou por outro órgão competente;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

- II - observância de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro;
- III - análise do histórico de sua atuação e de seus principais controladores;
- IV - experiência mínima de 5 (cinco) anos dos profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros; e
- V - análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades.

§ 4º O credenciamento se aplica ao gestor e ao administrador dos fundos de investimento e das instituições financeiras bancárias emissoras de ativos financeiros aptos a receberem diretamente as aplicações do regime.

Deverá ser realizado o credenciamento das corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários para as operações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Aplica-se o previsto no caput aos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários relativos à carteira de títulos públicos federais sob gestão própria do RPPS.

O processo consistirá na busca de informações junto às instituições financeiras de questionário modelo - **QUESTIONÁRIO PADRÃO ANBIMA DUE DILIGENCE PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO - SEÇÃO I, SEÇÃO II e SEÇÃO III** que contemplará a análise dos seguintes quesitos, atestado formalmente pelo representante legal do RPPS.

### **6.1. Em relação à instituição financeira (administrador e gestor do fundo de investimento):**

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) relatório de rating de gestão.

### **6.2. Em relação ao fundo de investimento:**

- a) análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
- b) a análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;
- c) a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

### **6.3. Requisitos Finais para o Credenciamento**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, que deverá observar os seguintes parâmetros:

I - estar embasado nos formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros, disponibilizados por entidade representativa dos participantes do mercado financeiro e de capitais que possua convênio com a CVM para aproveitamento de autorregulação na indústria de fundos de investimento;

II - ser atualizado a cada 2 (dois) anos;

III - contemplar, em caso de fundos de investimentos, o administrador, o gestor e o distribuidor do fundo; e

IV - ser instruído, com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet.

§ 1º O Termo de Credenciamento é o documento pelo qual se formaliza a relação entre a unidade gestora do RPPS e a credenciada, demonstrando o cumprimento das condições de sua habilitação e aptidão para intermediar ou receber as aplicações dos recursos.

§ 2º A assinatura do Termo de Credenciamento não estabelece obrigatoriedade de aplicação ou adesão a nenhum fundo de investimento ou ativo financeiro emitido, administrado, gerido ou distribuído pela credenciada.

### 6.4. Observações:

- a) a análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 2 (dois) anos.
- b) as aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.
- c) deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### 7. GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO – NÃO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O Instituto de Previdência do Município de Barretos somente poderá alocar recursos em fundos de investimento classificados com o mais alto grau de qualidade de crédito, mediante nota por agência internacional de classificação de risco, representada pelo quadro abaixo.

11



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

CLASSIFICAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO - RATING	AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO
MAIS ALTO GRAU DE QUALIDADE DE CRÉDITO	Vencimento de 1 (UM) ano ou mais – Longo Prazo
<b>Aaa</b>	<b>Moody's</b>
<b>AAA</b>	<b>Fitch</b>
<b>AAA</b>	<b>Standard &amp; Poor's</b>

As aplicações efetuadas diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem atender às condições previstas no inciso I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN 4.963/21, dentre as quais, que o administrador ou o gestor do fundo de investimento seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional

## 7.1 GESTÃO DO RISCO DE MERCADO

A carteira de investimentos será monitorada no binômio risco-retorno com a utilização das principais medidas de risco dos investimentos: retorno absoluto, retorno relativo, volatilidade,  $V@r$  (*value at risk*) e Índice de Sharpe. Serão consideradas diferentes janelas de tempo para melhor capturar as oscilações inerentes aos investimentos, tanto de renda fixa quanto de renda variável.

## 7.2 GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O direcionamento dos investimentos priorizará fundos de investimentos com características de liquidez imediata (prazo de desinvestimento total de até 35 dias). A alocação em produtos com baixa liquidez somente será permitida, desde que avaliados os seguintes requisitos: nível de proteção do capital investido; lastro das operações do fundo; credibilidade da instituição financeira gestora do fundo de investimento, prazo de desinvestimento definido em regulamento. Vedado a alocação em fundos de investimento de prazo indeterminado, sem mecanismos de resgate total do capital, via o próprio fundo de investimento.

## 8. INVESTIDOR QUALIFICADO / INVESTIDOR PROFISSIONAL – Portaria MTP 1.467/2022 – Artigos 137 a 140

Art. 137. Será considerado investidor qualificado, para os fins da categorização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - possua recursos aplicados, informados no DAIR do mês imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

II - tenha aderido ao Pró-Gestão RPPS, e obtido certificação institucional em um dos níveis de aderência nele estabelecidos.

Art. 138. Será considerado investidor profissional, para os fins da normatização estabelecida pela CVM, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I - possua recursos aplicados, informados no DAIR relativo ao mês imediatamente anterior à data de realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria de investidor, em montante igual ou superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e

II - tenha aderido ao Pró-Gestão RPPS e obtido certificação institucional no quarto nível de aderência nele estabelecido.

Art. 139. A classificação de RPPS como investidor qualificado ou profissional somente produzirá efeitos quando atendidos os requisitos de que tratam os arts. 137 e 138, sendo vedada a aplicação de recursos em investimentos destinados a investidores qualificados ou profissionais, pelos regimes que não cumprirem integralmente esses requisitos.

Art. 140. A classificação do RPPS como investidor qualificado ou profissional não exime a unidade gestora do regime da responsabilidade pela adoção de elevados padrões éticos e técnicos na governança e controle das operações e pela observância dos princípios previstos em resolução do CMN.

Barretos/SP, 19 de dezembro de 2024.

### Assinaturas

Sirlene Martins de Menezes

Leonardo da Silva Lisboa

Frederico Alves de Paula

Danilo Carvalho da Silva

Diogo Anesio da Silva

Orides Soares Carneiro

Roberto Carlos da Silva

João Ricardo Limieri

Alceu Barbosa da Silva Júnior

Ana Andréa Borges Celeri



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS

Fone: (17) 3322-8358

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

## ANEXO I

### DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO – DPIN - ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS 2025 - PREENCHIMENTO E ENVIO VIA CADPREV DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2024 - RESOLUÇÃO CMN nº 4.963/2021								ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - PRÓXIMOS 5 EXERCÍCIOS		
TIPO DE ATIVO	Limite Resolução %	Posição Atual Carteira (R\$)	Posição Atual Carteira (%)	LIMITE INFERIOR R %	ESTRATÉGIA Alvo %	LIMITE SUPERIOR R %	META DE RENTABILIDADE PARA O EXERCÍCIO POR TIPO DE ATIVO	RESUMO DA ESTRATÉGIA	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)
Titulos Públicos de emissão do TN (Selic) 7º, I, a	100,00	R\$20.789.378,81	83,57	0,00	1,00	100,00	11,75%	Titulos Públicos Federais	0,00	100,00
FI 100% titulos TN - 7º, I, b	100,00	R\$34.885,83	0,14	0,00	45,00	100,00	11,75%	Titulos Públicos Federais	0,00	100,00
ETF - 100% Titulos Públicos, 7º, I, c	100,00	0,00	0,00	0,00	1,00	100,00	11,75%	Titulos Públicos Federais	0,00	100,00
Diretamente em Operações Compromissadas com TP - 7º, II	5,00	0,00	0,00	0,00	1,00	5,00	11,75%	Titulos Públicos Federais	0,00	5,00
FI Renda Fixa - 7º, III, a	60,00	R\$3.568.830,28	14,35	0,00	30,00	60,00	12,00%	Titulos Públicos Federais & Titulos Privados	0,00	60,00
ETF - Renda Fixa - 7º, III, b	60,00	0,00	0,00	0,00	1,00	60,00	12,00%	Titulos Públicos Federais & Titulos Privados	0,00	60,00
Ativos Financeiros Renda Fixa (Lista Exaustiva) - 7º, IV	20,00	0,00	0,00	0,00	1,00	20,00	12,50%	Titulos Privados (Instituições Financeiras - Lista)	0,00	20,00
FI em Direitos Creditórios - Cota Sênior - 7º, V, a	5,00	R\$482.030,12	1,94	0,00	1,00	5,00	12,50%	Titulos Privados	0,00	5,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - 7º, V, b	5,00	RS 0,00	0,00	0,00	1,00	5,00	12,50%	Titulos Privados	0,00	5,00

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



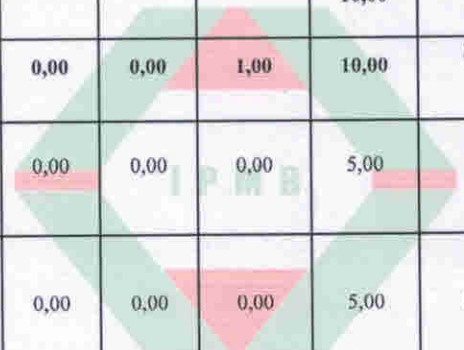


**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARRETOS**

**Fone: (17) 3322-8358**

Av. Trinta e Três, 846 - Baroni - CEP 14780-192 - Barretos-SP  
 LEI MUNICIPAL Nº 3.705 de 08-11-2004 - CNPJ 66.998.014/0001-54

FI Debêntures de Infraestrutura - 7º, V, c	5,00	0,00	0,00	0,00	1,00	5,00	12,50%	Títulos Privados	0,00	5,00
FI de Ações - 8º, I	30,00	R\$ 0,00	0,00	0,00	10,00	30,00	14%	Ações	0,00	30,00
ETF - Índice de Ações - 8º, II	30,00	0,00	0,00	0,00	1,00	20,00	14%	Ações	0,00	30,00
FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa - 9º, I	10,00	0,00	0,00	0,00	1,00	10,00	12%	Dívida Externa	0,00	10,00
FIC - Aberto - Investimento no Exterior - 9º, II	10,00	0,00	0,00	0,00	1,00	10,00	12%	Diversos fatores de risco	0,00	10,00
Fundos de Ações - BDR Nível I - 9º, III	10,00	0,00	0,00	0,00	1,00	10,00	14%	Ações - BDR	0,00	10,00
FI Multimercado - Aberto - 10º, I	10,00	0,00	0,00	0,00	1,00	10,00	12,00%	Diversos fatores de risco	0,00	10,00
FI em Participações - 10º, II	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	14%	Participações em projetos	0,00	5,00
FI Ações - Mercado de Acesso - 10º, III	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	14,00%	Ações	0,00	5,00
FI Imobiliário - 11º	5,00	0,00	0,00	0,00	1,00	5,00	11,00%	Imobiliário	0,00	5,00
Empréstimo Consignado - 12º, I	5,00	0,00	0,00	0,00	1,00	5,00	14%	Empréstimos	0,00	5,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$24.875.125,04</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>					



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.